



A AÇÃO DO NEAB/FAURB NA PRESERVAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas vem trabalhando com experiências na preservação do patrimônio cultural desde os anos 80 do século passado. Essas experiências levaram à organização de um laboratório de estudos, o núcleo de estudos de arquitetura brasileira (NEAB), o qual agrupa uma série de atividades nas áreas: didática, de pesquisa e de extensão, que envolvem assuntos ligados à arquitetura brasileira em geral. Em decorrência disto, há muito material coletado, experimentos em andamento, não só na área de arquitetura propriamente dita, mas também na área de planejamento urbano, atividades interligadas ao departamento de tecnologia da construção, no que tange aos estudos de patologias da construção. Enfim, produziu-se uma metodologia mais adequada para a nossa região, com várias análises da morfologia urbana, estudando o impacto das tipologias encontradas na paisagem urbana e na sua possível transformação através de futuras intervenções.

O NEAB propõe atividades para que se possa viabilizar o andamento dos projetos no que toca à busca de recursos materiais e intercâmbio com áreas afins com o propósito de se ter retorno à comunidade seja na forma didática, divulgação ou publicação do material arrolado.

As primeiras experiências da FAUrb, nos anos 80, englobaram atividades de cadastros de indivíduos arquitetônicos em algumas disciplinas curriculares, de projeto e de Arquitetura Brasileira, assim como, em atividades em conjunto com a Prefeitura Municipal de Pelotas e com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, os chamados Inventários de Patrimônio Arquitetônicos, os quais embasaram as leis estadual e municipal: Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCS, definida na Lei Municipal no4568/2000 e na Lei Estadual no11.499/2000, que delimitam as zonas de pre-

servação históricas, atualmente inseridas no III Plano Diretor de Pelotas.

A experiência, com metodologias mais aprofundadas no assunto, tem origem numa disciplina de projeto (atelier), em que se trabalhava exclusivamente com a reciclagem de edifícios significativos do ponto de vista da história da cidade de Pelotas. A preocupação com a preservação do acervo eclético-historicista (e também colonial) fundamenta, desde a origem, a experiência da disciplina.

Em meados da década de 90 houve exigência, através de legislação nacional, para os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, pela integração dos conteúdos que abordassem a temática da preservação do patrimônio cultural, na qual o curso de Arquitetura e Urbanismo foi pioneiro.

A partir da década de noventa, uma nova disciplina curricular, englobou duas dimensões, a do arquitetônico e a do urbano, ainda somente na cidade de Pelotas, e no fim da década passou a explorar as cidades da região do distrito geo-educacional da UFPEL. Essa disciplina, desde 1998, passou a atuar em: Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Rio Grande, São José do Norte, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, Pedras Altas, Herval, Cerrito e Jaguarão (Fig.1).



Fig.1 – mapa parcial do Rio Grande do Sul com a área de abrangência dos estudos. Edição da figura: Rafael Arnoni e Carolina Alves, 2013.

Os conteúdos de renovação urbana introduzidos na nova disciplina passaram a trabalhar com pequenas “amostras de tecido urbano”, com estudos baseados numa metodologia de levantamento voltada para a classificação tipológica das edificações. A reciclagem da edificação individualizada ficou, desde então, condicionada a decisões urbanísticas que ultrapassaram a concepção de cidade prevista no Segundo Plano Diretor de Pelotas, vigente na época, que não promovia a preservação do patrimônio histórico, ou uma articulação passado-presente da cidade.

A disciplina de Técnicas Retrospectivas: Projeto de Arquitetura e Urbanismo elabora planos de intervenção para preservação em centros e/ou sítios históricos com abordagens de percepção topoceptiva e de desenho urbano em cidades de porte médio e pequeno, que não tenham um corpo técnico qualificado na administração municipal.

O plano de diretrizes aborda a regulamentação de novas inserções ao lado das pré-existências e das intervenções formais que substituam as descaracterizações ocorridas na tipologia arquitetônica original. Para o estudo das tipologias originais são aplicadas técnicas específicas de análise formal e iconográfica das edificações. O plano aborda também as potencialidades da área para o turismo. São intervenções no sistema viário, abordando moderação de tráfego, mobiliário urbano, regulamentação de placas e letreiros nas áreas comerciais, toldos, balanços, normas de rampas e pavimentações adequadas para pessoas portadoras de dificuldades locomotoras e visuais. O plano trabalha no nível geral da área e com intervenções setoriais, pertencentes a cada grupo, através de desenho urbano detalhando as indicações do plano.

Outra experiência que merece citação foi a que resultou na elaboração do “Plano de Renovação Integrada de Jaguarão” (PRIJ), produto de uma assessoria à Prefeitura Municipal de Jaguarão (RS), realizada no período entre 1991-92. A assessoria contou com a colaboração de bolsistas da FAURB e da Faculdade de Direito da UFPEL. Esse plano serviu de base para que se pudessem aperfeiçoar critérios de preservação e monitoramento da paisagem urbana de maneira mais regionalizada, rompendo com a dependência de experiências brasileiras do Sudeste do País (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), que nem sempre e em todos os aspectos se adaptam às características do Rio Grande do Sul, e em par-

ticular à Região da Campanha (Litoral Sul e Fronteira com o Uruguai). O PRIJ consiste num documento de valor inestimável para a disciplina, tanto pelo seu conteúdo como amadurecimento da prática da disciplina.

Ao longo dessa trajetória foram obtidos resultados, com desdobramentos em outros projetos com as prefeituras municipais, que permitiram a divulgação e deram prestígio às ações da UFPel nos municípios da região, viabilizando outros projetos com outras instituições como, órgãos governamentais: IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e IPHAE - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Dentre eles destacam-se, os inventários de reconhecimento dos centros históricos de Pelotas - primeiro loteamento, em 1983 e o de Jaguarão, em 1987, em parceria com o IPHAN e o projeto de “Qualificação do espaço urbano de Piratini”, que trabalhou com resultados da disciplina de técnicas Retrospectivas através dos exercícios de percepção e recriação da “cor urbana”, coordenados pela professora Natalia Naoumova, parceria NE-AB/FAUrb e IPHAE .

Na cidade de São José do Norte a atividade de extensão teve três desdobramentos: o “Levantamento da Antiga Prefeitura de São José”, que serviu de base para um projeto de restauro no curso CECRE – especialização em restauro da UFBA, a Prefeitura de São José dentro do Projeto UNISOL solicitou à FAUrb desdobramento da proposta de sinalização do sistema viário contido no “Projeto de Plano de Diretrizes de Preservação” e a elaboração de projeto de qualificação do Centro Histórico de São José e parceria com o IPHAE, semelhante ao de Piratini. A atual administração da Prefeitura de Jaguarão está utilizando os resultados da disciplina de Técnicas Retrospectivas na elaboração dos projetos do PAC-Cidades Históricas.

Há vários anos os docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel têm se dedicado a estudar a preservação, a proteção e reutilização dos prédios de valor cultural da Instituição, sendo que alguns já possuem legislação de proteção seja por tombamento Federal ou por estarem arrolados nas legislações que oficializaram os inventários e há outros prédios que estão sendo estudados na perspectiva de processos de tombamento no nível estadual pelo IPHAE.

A formação de profissionais arquitetos urbanistas capacitados para dedicar-se à causa preservacionista, aprofundar estudos nessa área e conduzir ações efe-

tivas de preservação somado ao fato da atual Reitoria da UFPel ter a vontade política de estabelecer acordos entre a comunidade, setor privado e público, faz com que se unam os esforços de recuperar a memória da cidade de Pelotas e de revitalizá-la, não só para as atuais como para as futuras gerações, que precisam entender em que contexto cultural vivem.

Ana Lúcia Costa de Oliveira

Sylvio Arnoldo Dick Jantzen

Aline Montagna da Silveira

Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel